



**CURSO
CALEIDOSCÓPIO**

VIVER SEM VIOLÊNCIA

É UM DIREITO DE TODAS AS MULHERES

**18 e 19
de novembro
de 2021**

LOCAL:
**Cozinha Solidária
MTST**

APOIO

Brot
für die Welt

**HEINRICH
BÜLL
STIFTUNG
21 ANOS
no BRASIL**

Realização do Curso Caleidoscópio “Viver sem violência é um direito de todas as mulheres”, **SOS Corpo- Instituto Feminista pela Democracia**

Sistematização e construção da memória política e coletiva do Curso- **Ana Cecília Nascimento Cuentro, doutoranda no PPGS/UFPB e especialista em projetos e pesquisas sociais nas áreas de gênero e feminismo.**

SUMÁRIO

Apresentação	04
Abertura Virtual do Curso	06
Segundo dia do Curso	24
Primeiro Momento-	
Chegança (Boas Vindas e Apresentação)	25
Segundo Momento-	
Dinâmica da Meditação da Flor	26
Terceiro Momento-	
Painel “As dimensões sistêmicas da violência”	27
A dimensão patriarcal da violência	27
A dimensão racial da violência	30
A dimensão capitalista da violência	31
A dimensão da violência política	33
Quarto Momento- Trabalho em subgrupos	35
Quinto Momento- Dinâmica para acordar	36
Sexto Momento- Varal de Reflexões	36
Sétimo Momento-	
Painel “As mulheres e suas lutas”	37
Enfrentamento à violência no mundo do trabalho	37
A luta contra a política de drogas	39
O enfrentamento às violências nas ocupações e Assentamentos	41
O enfrentamento à violência contra as sexualidades Dissidentes e às identidades trans	42
Oitavo Momento- Debate	43
Encerramento	48

RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO
CURSO CALEIDOSCÓPIO FEMINISTA
“VIVER SEM VIOLÊNCIA É UM DIREITO DE TODAS AS
MULHERES”

DATA: 18 e 19 de novembro de 2021

LOCAL: COZINHA SOLIDÁRIA DO MTST

Apresentação:

Este relatório de sistematização é fruto do Curso Caleidoscópio Feminista “**Viver sem violência é um direito de todas as mulheres**”, edição do mês de novembro, realizado nos dias 18 e 19, com o tema central da violência contra as mulheres. O objetivo do Curso, foi debater sobre as dimensões da violência, os desafios atuais que enfrentamos para combatê-las e quais as formas de resistência e enfrentamento à elas.

A live que abriu esta edição, foi transmitida ao vivo pelo canal do SOS Corpo, no Youtube (das 19h às 21h), no dia 18 e contou com a participação de **Ana Paula Portela**, da PopulationResearch Center/Universidade do Texas, **Joziléia Kaiagang** da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), **Vilma Reis**, representante da Campanha Nacional Contra o Feminicídio e **Analba Brazão**, educadora do SOS Corpo. A mediação da conversa foi de **Fran Ribeiro**, comunicadora do Instituto. A live contou ainda, com intervenções poéticas de **Odailta Alves e Joana Dias**.

No dia 19, houve o encontro presencial, que contou com a presença de 25 lideranças de diversos movimentos sociais e de mulheres, atuantes na cidade de Recife/PE. Este encontro ocorreu durante o dia todo na **Cozinha Solidária do MTST** (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem

Teto), localizada na Vila Santa Luzia, bairro da Torre, e foi dividido em dois momentos, manhã e tarde, com uma pausa para o almoço.

A metodologia que norteou todo o encontro, embasou-se na pedagogia popular e feminista, com a proposta de que cada debatedora trouxesse, em até 10 minutos, provocações e reflexões, a partir de seus saberes e vivências, e depois abria-se para o debate, com mediação das educadoras do SOS Corpo, Mércia Alves e Talita Rodrigues.

O curso Caleidoscópio: ***“é um espaço de intercâmbio de perspectivas teórico-políticas e de aprofundamento conceitual a partir de múltiplos olhares sobre o tema. O objetivo é contribuir para o movimento de mulheres de debater, na perspectiva antissistêmica, a noção de violência contra as mulheres e as distintas formas de resistência e luta contra ela, de forma a fortalecer processos de articulação feminista”*** (Trecho retirado do site do SOS Corpo, 2021) O Caleidoscópio integra o Programa Anual de Formação do SOS Corpo, que em 2021 também realizou a edição do Fontes e Veredas, com apoios da Fundação Heinrich Böll e da agência Pão Para o Mundo.

A sistematização e construção da memória política e coletiva do Curso foi elaborada por **Cecília Cuentro**.

Abertura Virtual do Curso

Participantes: Analba Brazão; Ana Paula Portela, Joziléia Kaigang e Vilma Reis

Mediação: Fran Ribeiro

Data: 18 de novembro de 2021

Início da abertura:

Fran iniciou agradecendo a participação das companheiras que já estavam presentes para a abertura do primeiro Caleidoscópio do ano, que tem como tema central “Viver sem violência é um direito de todas as mulheres”. Agradeceu a presença da Stephanie Vasconcelos (LBS-PT), intérprete de libras e fez a sua autodescrição: “Sou uma mulher que me identifico como uma mulher negra de pele clara, estou vestindo uma blusa azul marinho, com os cabelos em coque, com um colar e um óculos e atrás de mim tem uma parede branca e uma prateleira branca, com plantas, livros e discos.”

As intérpretes de libras também fizeram sua autodescrição.

Stephanie: “Boa noite a todas, me chamo Stephanie, e meu movimento diante da comunidade surda é minha mão em punho, com um dedo em gancho movimentando em cima da minha sobrancelha. Sou uma mulher cisgênero, branca, tenho cabelos escuros, curtos, estou usando uma tiara, óculos vermelhos e uma blusa preta.”

Janaína: “Sou uma mulher negra de pele clara, com cabelos pretos, curtos e em tons de luzes, estou trajando uma blusa cinza, com fundo azul, fones pretos e levemente maquiada.”

Fran agradeceu pela presença delas. E trouxe que neste momento vamos conversar sobre a violência neste contexto atual da conjuntura e pensar formas de como podemos fazer o enfrentamento. O curso Caleidoscópio

Feminista integra o programa de cursos do SOS, e é caracterizado por ser um espaço de intercâmbio, de perspectivas teóricas e políticas e de aprofundamento conceitual a partir de múltiplas experiências e enfrentamentos, lutas e olhares pelas mulheres no dia a dia e ao longo do movimento:

O objetivo é contribuir para o movimento de mulheres, e debater na perspectiva antisistêmica a noção de violência contra as mulheres e as distintas formas de resistência contra a ela.

Por conta da pandemia, a abertura está sendo transmitida online e ficará disponível, e o conteúdo do curso estará disponível futuramente.

Seguindo com sua fala, Fran trouxe que não é de hoje que o estado brasileiro ora vem sendo cúmplice ora autor de diversas violências contra as mulheres, o patriarcado racista, opera sobre nós, de forma voraz, docilizando os nossos corpos, controlando nossas mentes e vidas. A legitimação da violência contra nós, só encontra impedimento, diante do levante de nossas vozes, organizadas e nossos corpos postos contra o sistema que nos oprime e nos mata. Estamos diante de uma violência que atinge a todas nós, mas que se agrava com as desigualdades de classe, raça, geração, orientação sexual, território, e etc. Ela se agrava também diante do contexto em que as mulheres estão inseridas, na cidade, na floresta, no meio rural e em vários lugares do país.

Para mostrar como esta violência opera em diversas dimensões e formas, Fran convidou a companheira **Joaninha Dias**, poeta, que fez uma intervenção nesta abertura com o poema **“Labuta”**. Joaninha é uma mulher negra, de 38 anos, e no vídeo ela está sem blusa, e com um turbante branco com uns desenhos vermelhos. Ela que é filha de Ana, de Miró e de Marcílio, mãe da Letícia, candomblecista e juremeira, militante da Rede de Mulheres Negras de PE, poeta, periférica, pansexual, de Recife, professora da rede pública de ensino e pedagoga formada pela UFPE. Fran agradeceu pela intervenção.

No poema “Labuta”, Joanninha descreve o cotidiano de atravessamentos e violências perpetuadas pelo sistema que acompanha a história de vida de várias brasileiras, principalmente de mulheres negras, periféricas e empobrecidas. O poema expressa as dimensões de violências que marcam nossos corpos e sua materialidade no cotidiano, e nas nossas subjetividades.

Nos últimos anos, especificamente, pós golpe de 2016, a gente tem presenciado um número crescente de violência doméstica e sexual contra as mulheres e meninas e números assustadores de feminicídio que nem sempre são notificados e nem noticiados enquanto feminicídio, e nem julgados dessa forma pelo sistema de justiça brasileiro. Esses casos que passaram a ganhar outros contornos depois da pandemia, especialmente aqui no país, fez esse número pipocar.

Após esta abertura, Fran convidou para uma saudação inicial as debatedoras da noite: **Analba Brazão, Ana Paula Portela, Vilma Reis e Joziléia Kaigang.**

Saudação inicial:

Analba Brazão, saudou a todas e fez a sua autodescrição: “Eu sou uma mulher negra, de pele escura, vestindo um vestido laranja com uma pala preta, tenho o cabelo crespo, quase laranja, uma faixa laranja, atrás de mim tem uma estante e um cartaz “**Justiça por Miguel**” e outro que diz “**Bacurau, se for vá na paz**”, um brinco preto e estou usando batom.”

Ana Paula Portela, agradeceu pelo convite, e fez sua autodescrição: “Sou uma mulher negra, de pele clara, meu cabelos estão soltos, estou usando óculos com uma armação preta, uma blusa laranja e um colar prateado com uma figa, atrás de mim tem uma parede vermelha e branca.”

Vilma Reis, saudou a todas: “Como aprendemos com Lélia, meu nome é Vilma Reis com nome e sobrenome, sou uma mulher negra de pele preta, tenho cabelos rastafáris ou dreadlocks, estou com uma bata das nossas irmãs do México” (a internet de Vilma ficou instável e caiu. Em sua fala ela concluiu a autodescrição).

Observação: Joziléia Kaigang não conseguiu participar do debate por conta da internet.

Início dos debates:

Fran apresentou **Analba Brazão**, que é antropóloga, mulher multi, incrível, educadora do SOS Corpo e militante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Fran trouxe três perguntas centrais para nortear o debate:

- 1. O que é a violência contra as mulheres?*
- 2. Como ela se dá?*
- 3. E o que fazemos para parar?*

Analba Brazão, saudou mais uma vez as demais debatedoras e iniciou a sua fala, trazendo que é interessante que estamos às vésperas do 25 de novembro, dia de luta Latino Americano pelo fim da violência contra as mulheres, esta luta tem sido uma constante do movimento de mulheres. Retomando as perguntas de Fran, ela pontuou que mesmo diante de tanta luta das mulheres, ainda precisamos lutar contra a violência. Porque a cada ano a situação se agrava, ***e como podemos construir coletivamente estratégias para que as mulheres deixem de ser violentadas e possam viver dignamente com autonomia?*** Continuamos a afirmar que a violência contra as mulheres é uma das mais fortes expressões da violência de gênero, um problema social, universal que atinge mulheres em todo mundo, uma experiência comum mesmo que estejamos em lugares distintos no mundo.

Analba pontuou que a violência vem sendo utilizada como um instrumento de dominação patriarcal sobre os nossos corpos, e esta violência se articula com a divisão sexual do trabalho, com a participação política das mulheres e no controle sobre nossos corpos e sexualidade. Manifestando-se

para além dos espaços privados, nos espaços públicos, em especial, de participação política. A violência se expressa de diversas formas, e se articula a outras violações, como o racismo, a nossa cultura política que traz marcas do autoritarismo e que legitima as violências contra os grupos oprimidos, principalmente as mulheres pobres e negras. Estas violências reforçam o caráter violador das instituições, que retroalimentam as violências na sociedade.

A ascensão de Bolsonaro e toda a violência acionada após o golpe de 2016, mostra essa violência arraigada e autorizada na sociedade brasileira. Analba resgatou que durante muito tempo as reflexões acerca da violência eram pensadas apenas a partir das experiências das mulheres urbanas, nas grandes cidades, onde a chance de denúncia é maior, embora que hoje os serviços estejam sucateados; havia uma lacuna, como ainda há, tais como as diversidades de contexto, a desigualdade entre mulheres e a dimensão racial. Era urgente que articulássemos a dominação patriarcal ao racismo, às desigualdades de classe, e compreendêssemos que a violência não acontece da mesma forma para todas as mulheres.

Analba resgatou que a AMB construiu um marco teórico, com o intuito de preencher estas lacunas, e sabemos que ainda hoje elas existem e que precisamos preenchê-las ao revisitar os debates. Um dos pontos sobre os quais é necessário se debruçar é a **violência política**, que tem aumentado muito em todos os espaços de articulação política, quer sejam de lideranças de movimentos sociais, das defensoras de direitos humanos ou mulheres que estão ocupando cargos de poder. Estas mulheres, em sua grande maioria mulheres negras, têm sofrido ameaças, perseguições políticas e mortes. Assim como as mulheres indígenas que também vem sofrendo violência política, sendo ameaçadas por defenderem seus territórios, contra grileiros, madeireiros e assim por diante. A violência é uma forma de desarticular a luta das mulheres e seus movimentos.

Analba também pontuou sobre o racismo que faz com que sejam as mulheres negras as principais vítimas de todas as formas de violência, fruto desta perversa articulação entre o racismo e o sexismo. O racismo opera de forma muito cruel contra o povo negro, em especial contra as mulheres negras,

em diversos campos, inclusive nas relações afetivas e conjugais. Assim como o racismo institucional, são as mulheres negras que mais sofrem com a mortalidade materna, e também são elas que vem perdendo seus filhos para “a guerra às drogas”, que vem matando a juventude negra de nosso país. Também são elas as mais vitimadas pela violência policial, com os tiroteios nas comunidades, fazendo com que estejam constantemente vigilantes quanto à proteção de seus filhos.

Um outro elemento importante neste debate, é a importância de estarmos atentas ao que as mulheres com deficiência vem denunciando, sujeitas às violências, alinhadas a discriminação que sofrem. Além da falta de acessibilidade para acessar as políticas públicas, que não são feitas e nem pensadas para elas.

Neste cenário de violações e violências, ainda há a **subnotificação** dos casos, sobretudo os sofridos pelas mulheres lésbicas e trans. Há um conceito recente que é o “**lesbocídio**” que o movimento de mulheres vem chamando a atenção para as mortes das mulheres lésbicas, que ocorre em decorrência de sua orientação sexual. Assim como as mulheres trans que vem chamando atenção para o “**transfeminicídio**”, a morte de mulheres trans em decorrência de sua identidade de gênero, este último, um conceito ainda não reconhecido e que está em disputa dentro e fora dos movimentos de mulheres.

Por fim Analba chamou atenção para a necessidade de ampliar o conceito de violência contra as mulheres, explorando novas abordagens e formas de luta que vem sendo construídas pelo movimento feminista. E trouxe algumas sugestões de formas de atuação e enfrentamento à violência. Precisamos nos ater às estratégias para que as mulheres deixem de ser violentadas e assassinadas, principalmente neste contexto em que a violência contra nós está autorizada. Estamos nesse momento na construção da **Campanha do Levante Feminista Contra o Feminicídio**, uma forma de luta e resistência do movimento feminista brasileiro. Precisamos também atuar por políticas públicas diante de todo o desmonte que estamos vivenciando para também avançar em políticas que considerem outros contextos, tendo em vista a diversidade e diferença entre nós mulheres, considerando as subjetividades de cada uma, buscando um horizonte livre e autônomo para todas.

Fran agradeceu pela fala de Analba e comentou que ela trouxe várias dimensões conceituais sobre a violência, parte da evolução da compreensão de como esta violência opera, saindo do âmbito doméstico, indo para os outros territórios, como no campo político, da violência política, super importante neste contexto atual, e convidou Ana Paula Portela.

Ana Paula Portela, saudou a mesa, e iniciou a sua fala trazendo um pouco sobre as limitações do uso do termo feminicídio aqui no Brasil, especialmente pelo sistema de segurança e justiça, mas também pela sociedade, mídia e o campo acadêmico. O termo feminicídio, nos lembrou Ana Paula, foi construído dentro do movimento e do campo acadêmico feminista, como parte de um longo processo político, de construção de conhecimento e elaboração de políticas públicas, e práticas sociais de enfrentamento à violência contra as mulheres. Esse é um processo de mais de 30 anos, e lembrar das conquistas que já tivemos anima a continuar na luta, e a enxergar de onde partimos e onde queremos chegar.

Diante disto ela relembrou algumas das conquistas que tivemos nestes últimos 30 anos. A violência contra a mulher está instituída como um problema social e político e não como uma questão pessoal como era antes. Observamos também uma responsabilização do estado em relação ao problema, tanto nos três poderes, quanto à nível municipal, estadual e federal, com a implementação de políticas públicas e serviços voltados para mulheres que sofrem violência. Tivemos mudanças significativas no âmbito legislativo, sendo as principais a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, mas tem outras pequenas mudanças, como a normativa do atendimento ao aborto para mulheres que sofreram violência sexual, que representam estes avanços. Assim como a consolidação da temática da violência, em vários campos disciplinares, tem pessoas estudando sobre o tema em diversas áreas (medicina, psicologia, sociologia, antropologia e etc.).

Ana pontuou que podemos observar, ainda que de forma reduzida, a diminuição da tolerância social sobre a violência contra as mulheres, são

poucas as pessoas, que vemos hoje defender que uma mulher apanhe do seu companheiro, a sociedade tem reagido mais fortemente a isso. O que influencia no fortalecimento das mulheres para enfrentarem a violência; à exemplo das mulheres jovens e com maior escolaridade que reconhecem cada vez mais cedo situações de violência, e tentam sair ainda mais cedo destas situações antes que ela se agrave, e isso é muito importante. Por outro lado também observamos, que uma parte dos homens se sente mais constrangida para exercer a violência de forma aberta, são sinais positivos da nossa luta, que conquistamos ao longo destes anos, embora que ainda sejam insuficientes e os dados continuem alarmantes nos números de violência e feminicídio.

Nestes 30 anos, nós aprendemos muito sobre como a violência doméstica ocorre, porque ela ocorre, e o que é o ciclo da violência, e a rota crítica que as mulheres encontram para poder largar um homem abusador e quais são as melhores respostas das políticas públicas para tratar dessa violência. Temos muita pesquisa e trabalhos consolidados a esse respeito, de grupos como o SOS que trazem conhecimentos também a respeito da vida das mulheres, como também trazem propostas e respostas a essas questões. Ana Paula pontuou, ainda que os tipos de violência têm sido bastante disseminados, principalmente nas redes sociais, com a criação de redes de apoio entre jovens que vem conversando sobre isso no ambiente virtual, de como você pode identificar se sua relação é abusiva ou não, até formas de sair desta relação.

Nestes caminhos viemos aprendendo também sobre os efeitos nocivos do racismo e da pobreza como agravantes da violência, e também como **elementos diversificadores de violência**, então tanto o racismo quanto a pobreza potencializam os casos de violência, quanto atuam para vulnerabilizar ainda mais a situação vivida pelas mulheres nestes contextos, que também estão expostas a outros tipos de violência, que são produzidas pelo seu lugar de gênero, o que denominamos, **interseccionalidade** entre classe, raça e gênero, que se evidencia muito quando falamos de violência. Estes são pontos importantes para a gente pensar nos desafios para enfrentar o feminicídio e a violência contra as mulheres.

Observamos ao longo deste tempo, mudanças nos indicadores de violência contra as mulheres, temos um crescimento no número de denúncias feitas na polícia, nas chamadas para o 180, e das notificações no SUS. Isso demonstra que temos cada vez mais um número de mulheres que consideram importante denunciar a violência e tem utilizado os serviços públicos para isso. Temos também o aumento da proteção às mulheres pela via institucional, tanto nas redes de assistência, que apesar de precarizadas e de estarem sendo sucateadas, existem, e também vemos um crescimento das redes de mulheres que apoiam umas às outras para sair de situações de violência.

Do ponto de vista da violência letal, é uma questão que nos auxilia a compreender a forma como o racismo opera, pois verificamos a cada ano, após a implementação da Lei Maria da Penha, uma queda nos números de feminicídio entre as mulheres brancas, mas um crescimento nas taxas de mulheres negras assassinadas. Isso demonstra que a lei tem atuado para atender mais as mulheres brancas e negligenciado às mulheres negras neste atendimento, esse é o grande nó que precisamos enfrentar. Nós temos um conjunto de políticas públicas implementadas que funcionam amplamente, mas com um recorte racial, e esse é um dos grandes desafios para enfrentar a violência contra as mulheres.

E Ana Paula indagou: ***porque o próprio desenho das políticas públicas que nós mesmas desenhamos, não considerou as especificidades das mulheres negras?*** Talvez porque na época ainda não estivéssemos tão atentas à questão do racismo e também porque de alguma maneira o racismo atua entre nós, produzindo efeitos negativos nas nossas atuações.

E para falar especificamente sobre o feminicídio, ela compartilhou o que seria exatamente a classificação deste termo, de como ele se torna feminicídio. A Lei do Feminicídio, pensada pelos movimentos feministas, junto ao poder judiciário, juristas feministas, diz que: ***é um feminicídio quando a morte acontece em razão do gênero, de menosprezo ou quando cometido por um parceiro no âmbito de uma relação amorosa ou sexual com um homem.***

No entanto, quando uma mulher é assassinada, nem sempre está à vista que aquele é um caso de feminicídio, e para saber se é ou não, é preciso uma investigação, ou seja, classificar vai depender do trabalho da polícia, do Ministério Público e de como eles irão conduzir a investigação e identificar o caso. No contexto de Brasil em que as taxas de homicídio são altíssimas, e muitas mulheres, principalmente negras e periféricas são mortas em contextos urbanos, em territórios de guerra, em que impera a lei do silêncio, e muitas vezes o corpo já é encontrado em decomposição ou aquela mulher foi morta pelo companheiro que está preso, logo a investigação é encerrada e o caso não classificado como feminicídio, e relacionado à criminalidade.

Desta forma, um conceito que a gente criou que traz o gênero para o centro, deixa de ser aplicado, em casos com recortes de raça e classe, e as principais vítimas do feminicídio, as mulheres negras e pobres não são classificados como tal.

Então, esses casos são, em sua maioria mortes associadas à criminalidade, como se fizesse uma mágica e o gênero desaparecesse, é interpretado pela sociedade, pela polícia, pela justiça, ***“como o envolvimento das mulheres com o mercado de drogas ilícitas” e com “a criminalidade”, e se ela está envolvida, ela é uma vítima má, então não merece atenção de ninguém, assim como os homens envolvidos também não merecem.*** Além disso, nos casos das mulheres, há os casos ***evasivos***, com cenários entrelaçados em que não podemos dizer claramente o que é aquilo, se é doméstico, criminal, ou seja casos que carecem de uma atenção, mas que em geral são deixados de lado por conta do racismo, da pobreza das vítimas ou porque não são evidentemente um caso de violência doméstica.

Essas mortes recaem em um limbo teórico e político e a gente não sabe o que fazer com elas, elas são um problema de segurança pública? Um problema criminal? São usuárias de crack e isso é um problema da saúde? Se são mulheres é um problema feminista? O que essas mortes têm a ver com gênero? Quem são essas mulheres?

Ana Paula concluiu a sua fala trazendo os dados que entre **2015-2019 21.664** foram mortas no Brasil, destas 5.008 foram caracterizadas como feminicídio, e destas 16.000 foram mortas em outras situações nesses 04 anos, e aí o desafio que fica para a gente é: onde é que estão as informações e análises para esses 78,6% destas mulheres? ***Porque “só o feminicídio caracterizado pela justiça é que tem relevância?”*** A maior parte dessas vítimas esquecidas, é pobre, jovem e negra, e deve ser tratado como efeito do racismo no campo da violência contra as mulheres.

A morte das mulheres negras requerem da gente um esforço da mesma magnitude daquele que fizemos para visibilizar a violência doméstica e sexual há 30 anos, é fundamental este trabalho para visibilizar estas vulnerabilidades para pensar políticas que sejam efetivas para acabar com a violência.

Fran pontuou, a partir de questões do chat e das falas, que deveríamos considerar o padrão do feminicídio para investigar todos os casos de violência contra as mulheres. E também falou do problema da subnotificação dos casos, demonstrando a invisibilidade da violência e o desprezo com a vida das mulheres, principalmente negras e pobres. Fran convidou Vilma Reis para iniciar a sua fala.

Vilma Reis, socióloga, feminista do movimento de mulheres negras, da Coletiva Mahin- Organização de Mulheres Negras, doutoranda em estudos étnicos e africanos no pós-afro da UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Vilma iniciou fazendo sua autodescrição: “Meu nome é Vilma Reis, saudações às companheiras, eu sou uma mulher negra, preta, estou com uma bata das nossas irmãs mexicanas das montanhas, tenho o cabelo dreadlocks, também chamado de rastafári, com um brinco de machado (oxê), símbolo do Orixá Xangô, sou uma mulher de candomblé com contas de Orixá no meu

pescoço, de Xangô, Oxóssi, pelo dia de hoje, de Iansã e Obá. Estou muito feliz de estar aqui! O que guarda minhas costas são as imagens de Oxum, Xangô, daqueles e daquelas que tem feito a luta, imagens de Macota Valdina, Luiza Bairos, Carolina Maria de Jesus, Benedita da Silva, Marielle Franco, e o cartaz da Marcha das Mulheres Negras.

A Marcha das mulheres negras hoje, 18 de novembro de 2021, completa 06 anos, e deve ser destacada pela nossa militância. Saudações, portanto, as companheiras, a Fran Ribeiro, Analba Brazão, Ana Paula Portela e as intérpretes de libras.

Vilma Reis, após a sua autodescrição, trouxe que esse momento é de conexão das nossas lutas, e que gostaria de usar a palavra, e o seu direito de usar o léxico para interpretar a realidade brasileira, a América Latina e o Caribe, e é dessa forma que a gente aprofunda a democracia popular. ***Ela apontou que são as feministas negras e lutadoras que qualificam e aprofundam a democracia no nosso país, e em toda essa região, denominada América Latina e Caribe, que lembrando Lélia Gonzalez nós preferimos chamar de “América”,*** este termo representa a aliança conceitual criada por Lélia Gonzalez, entre as lutas negras e indígenas no contexto das Américas; essa outra forma de interpretar esse nosso amplo território secularmente vilipendiado pelo poder colonial.

Outra palavra que Vilma trouxe foi ***“femenagem”***, às mulheres que lutam todos os dias, a gente não vai fazer homenagem. E a nossa “femenagem” hoje é para as mulheres de Ilha de Maré na Bahia, que faz parte da Bahia de todos os santos, em frente aos grandes monumentos de Salvador, lá vivem 12 mil pessoas, e uma Associação liderada por 07 mulheres negras, entre elas Eliete Paraguaçu. Essas mulheres têm sido vítimas de violência brutal por parte de um empresariado que move seus interesses acima de tudo em um território quilombola e de pesca artesanal. Portanto, em “femenagem” à essas mulheres da Associação de Pescadoras e Marisqueiras, Associação de Mulheres Quilombolas, moradores e moradoras de Ilha de Maré, ela fez a sua fala.

Também a sua fala foi em “femenagem” às mães de Belford Roxo (RJ), no dia que celebramos a Marcha das Mulheres Negras, nós estamos em conexão com todas estas lutas, aquilo que Grada Quilomba lembrou para nós em “Memórias da Plantação”, que todas as feridas estão abertas no contexto da América Latina e do Caribe, na “Ameáfrica”. Quando Grada trabalhou o silêncio em sua grande exposição e performance, na cidade de São Paulo foi para nos lembrar que nós temos questões a resolver nesta diáspora africana, daqueles e daquelas que foram durante 04 séculos sequestrados/as do continente africano.

As mulheres negras, pontuou Vilma, têm dito, ***que a centralidade do debate sobre a questão do enfrentamento à violência caminha junto ao enfrentamento ao racismo. Quem disse que é possível um caminho que não seja pelos feminismos antirracistas?*** E é desse lugar que ela fala, é daí que se desenha o caminho de confronto. Somos aquelas que junto com nossos companheiros estamos de pé, para enfrentar os novos bandeirantes, para colocarmos em nossas praças as estátuas de Dandara, de Tereza de Benguela, Macota Valdina, Lélia Gonzáles e Mãe Beata de Yemanjá.

É confrontando as narrativas brutais do projeto colonial, dominador, quando Sueli Carneiro nos lembra que nossas feridas continuam abertas e da asfixia que imobilizou as Américas. E o que mobilizou as Américas no ano passado com o assassinato ao vivo de Jorge Floyd, e essa asfixia que as mulheres negras vivenciam todos os dias e nossas parentes indígenas também. Por isso é tão importante algumas questões que Vilma quer destacar.

Ela trouxe que estão lutando todos os dias para pôr fim a longa noite de 14 de maio de 1888, sem resolvermos esse que é o fenômeno histórico mais longo do Brasil, e das Américas, que é a escravidão negra e indígena, não iremos avançar. Além desta disputa de sentido que se dá nos corpos das mulheres negras, porque a branquitude de Pernambuco só se dá até a de São Paulo, e esta só até a de Barcelona e Londres, por isso que lá em São Paulo somos todas nordestinas E em Miami somos todas latinas.

Sabemos que o nosso maior desafio é escrevermos e nos defrontamos com as narrativas dos opressores, por isso é tão importante fazermos

mobilização, esta é a palavra de nossas vidas. Nós atravessamos a Conferência de Beijing e a década das Conferências Sociais das Nações Unidas e para nós é muito importante compreender as formas de violência destacadas na Conferência de Belém do Pará, e que está naquele documento que orientou depois toda a política que estabelecemos para criação da Secretaria de Política para as Mulheres. Falar sobre as violências psicológicas, simbólicas, sexuais, patrimoniais continuam na ordem do dia, porque é a forma que nós temos, e aqui também enfrentamos um outro fenômeno, que é a cultura da violência, de termos as nossas falas arrebatadas.

Ela retomou uma live realizada pelas companheiras da Campanha do Levante Feminista contra o Femicídio, com Márcia Tiburi, em que foi dito que o estado viola os direitos das mulheres sem parar, de uma atmosfera permanente de permissividade, que anula e coloca em segundo lugar a importância da vida das mulheres. E lembrou também um conceito muito bem trabalhado pela Kimberley Crenshaw, que é a interseccionalidade, que olha para muitos cenários de guerra, e aqui a guerra às drogas, é uma guerra contra nós mulheres negras, periféricas e empobrecidas, para compreender as várias formas em que a violência e as opressões operam de forma conjunta sobre as mulheres. Este conceito está numa publicação organizada pela Luiza Bairos, e tem o olhar de Sueli Carneiro.

Por fim Vilma Reis trouxe que esta noção de violência trabalhada pelas companheiras, lá de Brasília (Milena Calazans e demais), nos permite refletir sobre esta atmosfera de permissividade criada para violentar as mulheres, e apontou para algumas questões importantes que devem emergir do debate feminista no Brasil e em diálogo com América Latina. Na Bolívia houve a criação do Ministério das Culturas, da Despatriarcalização e Decolonização, um bom exemplo que pode nos ajudar a tirar o Brasil dos escombros, e é um processo nosso de reconstrução do país, e para isso é fundamental olharmos para a vitória de Patrícia Arsem no contexto político da Bolívia, da criação deste Ministério e de todas aquelas mulheres que constituíram maioria no senado e no legislativo boliviano. Nós não queremos um ministério da Cultura, queremos um ministério das Culturas, da Despatriarcalização e da Decolonização, para que possamos avançar na reconstrução do nosso país.

Um outro exemplo de mobilização e inspiração para as lutas aqui no Brasil, foi a experiência no Sul dos EUA encabeçada pelas mulheres negras e, que deflagraram a derrota a Donald Trump nas últimas eleições, foram elas que tramaram essa derrota do brutal, mulheres como Stacey Abram, da Esquadra das Mulheres Negras, que conseguiram em 2020 modificar as estruturas, convocar as mulheres, em sua maioria jovens para votar (campanha Black Votes Matter) para modificar a política e o cenário das eleições no país.

Recentemente, na Colômbia, Francia Marques, candidata mulher negra, fez um debate histórico com Ângela Davis e nós precisamos prestar atenção no que ela nos diz. E por fim na Argentina há todo um debate para despatriarcalizar o estado, primeiro com a legalização do aborto; segundo reconhecendo o cuidado exercido pelas mulheres como trabalho, garantindo a previdência social para essas mulheres; documentos civis para as nossas irmãs trans e travestis, esse é um exercício político potente de mobilização que devemos fazer, assim como é a Campanha do Levante Feminista contra o Feminicídio no Brasil junto a outras ações políticas que estamos fazendo, com ações de incidência política locais e ações afirmativas.

Ao final de sua fala, Vilma trouxe o conceito de **“ecologia política”**, para tratar das mulheres que estão ocupando as universidades, se formando, que são elas que devem estar e ocupar os serviços públicos do nosso país, para que possamos ir modificando as estruturas e traçando estratégias de mudança, de efetivação e garantia de direitos.

E toda esta mobilização, incidência política e organização do movimento de mulheres será o caminho para retomar o estado e democratizar o nosso país porque são as mulheres que garantem e fortalecem a democracia.

Após a fala de Vilma Reis, Fran retomou a mediação para fazer algumas perguntas a cada uma das debatedoras.

Perguntas para as debatedoras (Fran Ribeiro):

Pergunta para Analba Brazão: Quais os desafios, no cenário atual, que a violência contra as mulheres e o feminicídio colocam para a luta feminista no Brasil?

Resposta: Os desafios são enormes, enfrentamos o desafio ao longo de 40 anos de luta feminista de articular a luta em suas várias dimensões, e hoje estamos conseguindo realizar essa articulação, da violência com o racismo, a pobreza para pensar estratégias. A Campanha do Levante Feminista contra o Feminicídio tem trazido muitos desafios, das falas das mulheres trans, travestis, mulheres com deficiência, ciganas, e todas essas falas nos trazem os desafios de articulá-las em nossas lutas e enfrentamentos.

Entendemos também que quanto mais a luta feminista ganha forças, mais o conservadorismo, o patriarcado vem pra cima, e não aguenta, e nós precisamos nos fortalecer, a partir da nossa história e nossas lutas, diante do ódio que está aí se soltando, está disseminado aí, com casos alarmantes de feminicídio que escacaram esse ódio. Articular e aliançar entre os movimentos feministas e toda a sociedade para enfrentar esse problema da violência que é de todes e não apenas das mulheres. Queremos estancar essa sangria!

Pergunta para Ana Paula Portela: Como você percebe esse fenômeno da violência cada vez mais contra mulheres jovens?

Resposta: Essa pergunta chama atenção para um fenômeno novo, uma violência cometida por parceiros, ficantes, mas que não constituem o ciclo clássico da violência como conhecemos. Esses casos de feminicídio contra as mulheres jovens, parecem casos de uma violência mais explosiva, de conflitos pequenos e continuados, ela imagina. Mas, ainda não temos muito material para explicar essa situação. Temos esse cenário fascista que favorece tudo isso, de uma violência indiscriminada, mas ela não arrisca uma explicação só por aí, é preciso se debruçar mais a fundo sobre esses casos, é um campo de

investigação que está em aberto. Porque a situação de violência se agrava tão rapidamente? Fica o desafio de pensar sobre isso.

Pergunta para Vilma Reis: Que elementos das lutas ancestrais podem nos inspirar para seguir lutando por um mundo sem violência contra as mulheres?

Resposta: Nós precisamos seguir incentivando as meninas ao **engajamento político**, cada vez que uma menina, umas meninas querem fazer um coletivo, incentivá-las. Por exemplo, uma live que fizemos para que as mulheres empregadas domésticas, moradoras de um bairro de Salvador pudessem arrecadar dinheiro para comprar gás, desafiando a política de Paulo Guedes. O capitalismo não aguenta com a solidariedade das mulheres. Tem que desmontar e incentivar o engajamento político, é algo muito importante, deixar as meninas tocarem o barco, **quem denuncia se organiza**. A rede entre as meninas que dizem "ah, esse aí é pirão perdido" (quando um cara não presta), e isso se espalha entre elas. Nós temos linguagem assim como no passado. Precisamos fazer nossos caderninhos e panfletinhos da desobediência e continuar colando. A autogorganização e a autonomia política sacode as estruturas, tem coisas que o feminismo faz e o capitalismo consegue encapsular e botar numa camisa, tem coisas que não conseguem.

Respondendo à pergunta eu gostaria que a gente se debruçasse sobre o tema da tese de Jurema Werneck: "O samba segundo as Yalodês", que fala sobre a desobediência organizada pelas mulheres do samba. Ou como nos disse Macota Valdina "**Nós somos a continuidade**" não estamos inventando a roda. A nossa tradição é movimento, quem disse que tradição negra é algo parado? Que tradição de luta feminista é parada? Quando eu converso com as mulheres de Manguinhos, com as mulheres de Curió, da Argentina, eu estou conversando com formas seculares de luta e resistência contra a brutalidade colonial e patriarcal, e nós vamos sobreviver a isso, muitas tombaram, mas nós

seguimos resistindo. Vilma trouxe também o debate do filme “Que Horas Ela Volta?” para falar sobre a situação do emprego doméstico no nosso país, das violências sofridas pelas trabalhadoras, e as resistências que emergem a partir desses lugares, quando a filha da mulher, empregada doméstica se rebela e não aceita o quatinho da empregada ou vê a sua mãe sendo explorada pela família para quem trabalha.

Essa articulação política que planta ações de liberdade também a gente vê entre as mulheres brancas das classes abastadas, quando mulheres são encarceradas dentro de impérios ainda hoje. Muita violência patrimonial contra mulheres brancas de classe média e classe média alta (juízas, promotoras, que têm seus bens sequestrados por seus maridos), elas plantam revoluções. Numa sociedade como a nossa as mulheres precisam ter amigas, os homens precisam ter forças para chorar, ter outros homens que dialoguem, chamem atenção e conversem, porque nós mulheres já estamos cansadas.

A importância da ancestralidade, de rememorar as nossas lutas as nossas histórias para nos inspirar, fortalecer para seguir na luta construindo estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres. Processos de mobilização e transformação política e social, a partir da incidência e da organização dos movimentos de mulheres.

Ao final Fran agradeceu a todas pela participação das debatedoras. E cada uma também agradeceu e fez suas falas finais.

A abertura foi o ponta pé para os debates que se seguiram no segundo dia do Curso, que aconteceu de forma presencial, e vários dos pontos trazidos por Analba, Ana Paula e Vilma Reis foram abordados e aprofundados, trazendo mais elementos para refletir sobre os desafios atuais para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Segundo dia do Curso:

PROGRAMAÇÃO
8h às 9h- Café da manhã
9:15h- Painei “ As dimensões sistêmicas da violência ” 1) <i>Dimensão patriarcal-</i> Nathalia Cordeiro 2) <i>Dimensão racial-</i> Rosa Marques 3) <i>Dimensão capitalista-</i> Verônica Ferreira 4) <i>Dimensão política e cultural-</i> Dani Portela.
10:25 às 10:35- Intervalo
10:35 às 11:35- Trabalho em grupos a partir das questões: 1) <i>Como entendemos a violência contra as mulheres no contexto atual?</i> 2) <i>O que as falas iniciais agregam ao nosso entendimento?</i> 3) <i>Que lugar a violência contra a mulher ocupa na estruturação e funcionamento do sistema patriarcal, racista e capitalista na sociedade brasileira?</i>
12h às 14h- Almoço
14:20-Ações de resistência e lutas coletivas no enfrentamento à violência contra a mulher: Varal de reflexões
14:35- Painei “ As mulheres e suas lutas ” 1) <i>O enfrentamento à violência contra a mulher no mundo do trabalho-</i> Liana Cirne (CUT) 2) <i>A luta contra a política de drogas-</i> Bárbara Pereira (RENFA)

3) O enfrentamento à violência nos acampamentos e assentamentos- Setor de gênero do MTST
4) O enfrentamento à violência contra as sexualidades dissidentes e às identidades trans- Maria Daniela (Amotrans)
15:35- Debate a partir das questões: <i>Diante do contexto que vivemos e da partilha das companheiras dos movimentos, quais podem ser as estratégias feministas antisistêmicas de enfrentamento à violência contra as mulheres?</i>
16:05 às 17:30- Tarde da resistência

Primeiro Momento da Manhã- Chegança (Analba Brazão): Boas Vindas e Apresentação

Dinâmica: Cada mulher dizia seu nome, organização e uma palavra que representasse o sentimento com que estava chegando.

PARTICIPANTES

NOME	ORGANIZAÇÃO	PALAVRA
Analba Brazão	SOS Corpo	Força
Fátima	Espaço Mulher	Esperança
Tuca	Rede de Mulheres Negras	Resistência
Vic Ayres	Mulesta	Afeto
Mércia	SOS Corpo	Solidariedade
Rita Guaraná	Movimento de Mulheres Cegas e com baixa visão	Felicidade
Rosa Marques	Rede de Mulheres	Resistência

	Negras	
Rejane Pereira	Rede de Mulheres Negras/NEAB (UFRPE)	Legado
Talita	SOS Corpo/ Rede de Mulheres Negras	Encontro
Maria Helena	Mandato de Dani Portela	
Nathalia Cordeiro	Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE)	Coragem
Juliana	Coordenadora do MTST	Partilha
Rizo	Coletivo da CUT e Sindicato dos Ferroviários	Coletivo
Ana	Sindicato das Domésticas	Força
Bárbara Pereira	RENFA (Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas) e FMPE	Vida
Vanuza	Clube de Mães de Paratibe/ FMPE	Esperançar
Verônica Ferreira	SOS Corpo	Liberdade
Dani Portela (Vereadora)	PSOL/Rede de Mulheres Negras	Vida
Liana	CUT/Sindicato de Informática	Abraço
Ângela Santana	Espaço Mulher	União
Cecília Cuentro	Sistematizadora	Encontro

Segundo Momento (Analba Brazão) -Dinâmica da “Meditação da Flor”: Começando com uma respiração, os pés firmados no chão, enraizando. Em seguida, cada uma ia trazendo as mãos para perto do útero, em seguida as mãos sobem e se abrem como em flor, depois descem novamente ao encontro do chão, arando a terra, plantando e acolhendo a palavra que cada uma trouxe no momento inicial. Acolhendo, semeando e plantando os desejos para aquele dia.

Terceiro Momento (Talita)- Painel: *As dimensões sistêmicas da violência*

Talita resgatou elementos do painel de abertura do Curso, sobre a violência contra e as mulheres e como pensamos os caminhos para combatê-la, costurando alternativas políticas de resistência, sobretudo neste momento de agora, com o aumento da violência neste período da pandemia: **Quais os desafios estão colocados e como podemos superá-los?** E retomou também um pouco da ideia do caleidoscópio, que tem a proposta de nos ajudar a pensar sobre um tema a partir de várias perspectivas, sendo este o propósito deste encontro, de nos ajudar a pensar caminhos e possibilidades de saída e enfrentamento, diante de um problema tão complexo, como a violência contra as mulheres, em suas várias facetas.

Em seguida, Mércia deu continuidade, enquanto mediadora do painel. Ela destacou que entende o momento de hoje como um intercâmbio, momento de pensar a partir do mote do encontro: **“Viver sem violência é um direito de todas as mulheres”**, sobre as várias dimensões da violência contra as mulheres, encarando-o enquanto um **problema sistêmico**, que afeta as mulheres de diversas formas, em suas dimensões patriarcais, racistas, capitalistas e através da violência política. Dando ênfase ao caráter sistêmico da violência, que tem se complexificado cada vez mais na sociedade em que vivemos, com perdas de direitos, e a consolidação do sistema neoliberal, capitalista. Neste momento Rosa Marques da RMN fez uma intervenção para

explicar o que é “sistêmico”, pois segundo ela, muitas que estavam ali poderiam não saber o que esta palavra significava. E Mércia retomou escurecendo que:

“Sistêmico” são elementos que estruturam a nossa sociedade, sendo o sistema, a rota que dá sentido à sociedade em que vivemos, e que nós, dos movimentos sociais, fazemos uma luta antisistêmica, ou seja, contra esse sistema que está aí, com a construção de uma rota antisistêmica, contra o capitalismo, o racismo, o patriarcado, e todas as fontes de violação e exploração.

O caráter “sistêmico” também, quer dizer que todas estas formas de opressão dialogam e atuam juntas para violar e explorar as mulheres e populações politicamente minorizadas (pessoas negras, LGBTQIAP+ dentre outras), o capitalismo neoliberal, precisa do racismo, do patriarcado, da violência política para se perpetuar, mantendo privilégios e poderes. Por isso que todas estas opressões precisam ser combatidas com a mesma intensidade, pois uma depende da outra para se manter.

Nathalia Cordeiro (FMPE) e a dimensão patriarcal da violência

Nathalia trouxe que sua fala vem pra qualificar, nos dar argumentos para a luta, porque todo mundo aqui sabe o que é violência, mas como ter argumentos que nos ajudem neste caminho da luta política?

Mas, o que danado é **patriarcado**? Algo que muitas vezes a gente não sabe o que é, **mas a gente sente**. O patriarcado é a ideia da dominação masculina, em várias esferas, quando eles mesmos criam as dualidades, entre público e privado; trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, como formas de dominar as mulheres, e todas nós experimentamos esta dominação. E nós pensamos sobre isso, tanto nos movimentos sociais, quanto na academia, o que ocorre é que muitas vezes o diálogo entre essas esferas não acontece. E neste processo, de pensar sobre a violência, “e as suas causas”, Nathalia colocou uma questão: **é a dominação masculina que causa a violência**

contra as mulheres ou a violência contra as mulheres que causa a dominação e o patriarcado?

Ela apontou que nós temos as instituições, que reproduzem essa lógica de dominação, e isso faz com que os homens se sintam mais fortes e autorizados a praticar a violência, utilizando desta violência para dizer: **“ah você é mais fraca”**. O patriarcado torna essa lógica de dominação e violência legítima, até um dia desses, a ideia era de que **“em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”**, então a dominação e a violência são dimensões que se alimentam.

E quem torna a violência contra as mulheres um problema é o movimento feminista, somos nós que vamos dizer que o pessoal é político, num momento, como hoje, em que muita gente se coloca contra a violência contra as mulheres, é importante se manter crítica nesse processo.

Há o debate de **“vitimização”**, de que as mulheres que vivem situação de violência gostam, e por isso se mantém e é o movimento feminista que problematiza isso e traz que a situação muitas vezes não permite que essa mulher saia dessa situação de violência. E destaca que, nós, as mulheres, somos sujeitas também, são **“mulheres em situação de violência”**, que passaram por situação de violência e conseguiram sair dela, não estamos fadadas a viver em situação de violência.

E trouxe outro ponto, sobre os papéis de gênero, sendo aquilo que cada um aprende desde criança, do que é ser mulher e homem nesta sociedade, entretanto, a gente vem passando por processos de mudanças, em relação a estes papéis e identidades de gênero, e por conta disso, passamos a dizer **“violência de gênero”**, que é muito importante, para incluir os/as sujeitos/as afeminadesque sofrem com este tipo de violação, mas, continuamos a afirmar também, que é uma **“violência contra as mulheres”**, para demarcar esse espaço, porque são as mulheres que sofrem com ela.

Seguindo por este caminho, Nathalia apontou que existem críticas ao termo **patriarcal**, por parte das companheiras dos estudos decoloniais, trans, travestis e não binárias, por conta do caráter universal, que muitas vezes este termo carrega, ao falar de **“todas as mulheres”**, sem se ater às especificidades,

desigualdades entre as mulheres, mas ele ainda nos serve. Ela afirma que não vai entrar neste debate que é bastante complexo, mas ela entende, que o termo ainda nos serve, porque fomos colonizadas, ao falar de patriarcado negamos esse lugar individual, e traz pra todo mundo essa responsabilidade, da violência, enquanto um problema estrutural, de toda sociedade.

Só serei livre quando todas forem livres

Dando esta dimensão estrutural da violência, que precisa ser combatida coletivamente, sendo um problema de todo mundo e não apenas de quem a sofre. E em complemento a fala de Nathalia, Mércia destacou que é o movimento feminista que afirma “**o pessoal é político**”, são as mulheres que encampam e problematizam este debate, publicizando e politizando o problema da violência.

Rosa Marque (RMN) e a dimensão racial da violência

Rosa Marques, inicia destacando que é difícil rememorar coisas, é uma rememoração um pouco perversa, (em relação às violências contra as mulheres e ao racismo), mas faz parte da nossa trajetória de desconstrução acessar estes lugares, para poder transformar.

Na perspectiva do racismo, que ela considera uma **doença social**, que as pessoas não negras trazem para as pessoas negras que experienciam o racismo, ela afirma que irá falar especificamente da violência sofrida pelas mulheres negras. A partir da estrutura da escravização que causou um distanciamento entre as mulheres negras, e também entre pessoas negras e pessoas brancas. Esta mesma estrutura da escravização, construiu o sentido social da “**hipersexualização**” das mulheres negras, como aquelas aptas ao trabalho braçal, mulheres fortes, que aguentam tudo, a partir de um determinismo de quais lugares estas mulheres devem estar e quais os lugares reservados a elas; e:

Este processo se soma e você se distancia de você mesma, se reduzindo ao pó, da miserabilidade, e você começa a se negar violentando seu próprio corpo.

Rosa segue dizendo que tem ojeriza a essa palavra companheiro, quem bate, não é companheiro, tem mulheres que também agem como os homens; mulheres que sofrem por estar nesse lugar e reproduzem a violência contra suas companheiras, em relações afetivas.

E retoma o lugar da escravização na construção do racismo, que faz com que as mulheres não se reconheçam como negras, causando doenças físicas e psíquicas (câncer, hipertensão, diabetes), quem são a maioria das mulheres que têm mioma? Que tem câncer? São as mulheres negras. É uma estrutura muito bem pensada, hoje os racistas sabem que usar determinadas palavras contra a gente não pode, mas eles vão utilizando de outras palavras e atitudes racistas, e que muitas vezes é difícil as mulheres entenderem que é racismo, como: “**você é da família**”, criar a palavra “**secretária**” para não falar **empregada doméstica**, isso é **racismo moderno**, a invenção de palavras e ações para driblar o racista que você é.

E voltando para o autoconhecimento, Rosa destaca as doenças que aumentaram na pandemia, atingindo e violentando diretamente as mulheres negras, como: a introspecção, a fome, a solidão, **a solidão é estrutural para a mulher negra**, e cheia de significado dentro dela; não só afetivas, mas das ausências de políticas públicas e isso tudo só aumenta as nossas doenças sobre nossos corpos, vamos ter que aprender a lidar com a depressão, a violência policial, são muitas violações, ausência de direitos.

E finaliza sua fala, trazendo que são tantas coisas que precisamos compreender, para entender todas as dimensões da violência contra as mulheres negras, que partem de diversos lugares, atingindo-as em suas subjetividades e existências.

E Mércia segue, abordando os impactos estruturais do racismo, em todas as dimensões, que desestruturam os corpos políticos das mulheres negras; com inúmeras formas de violação destes corpos.

Verônica Ferreira (SOS Corpo) e a dimensão capitalista da violência

Verônica inicia sua fala com uma questão: **O capitalismo que ameaça nossos territórios e nossas vidas, o que isso tem a ver com a violência contra as mulheres? Em uma situação em que o lucro está acima de tudo?** É com base nesta questão que ela desenvolve a sua contribuição, destrinchando a relação entre a violência contra as mulheres e o sistema capitalista, e de como essas violações se agravam, em um contexto de acirramento e terror neoliberal.

No início da pandemia a gente achava que as pessoas iriam sair melhores disso, e pelo contrário, o capitalismo, provou que não tem humanidade. O capitalismo nos convence a consumir, dizendo que é a melhor forma de se viver, em todas as dimensões. E essa violência é histórica, e pra poder se instituir ele **acionou o poder dos homens**; os processos de colonização de expansão pelo mundo, alinhado ao processo de escravização, de cometer genocídios contra as populações, isso tudo se relaciona à violência contra nós mulheres, que somos metade da humanidade que resiste.

Não existe dominação capitalista sem acionar a violência contra as mulheres e o racismo.

Neste sentido, qual o momento em que este sistema está hoje? De agravar tudo, de retirar todos os nossos direitos, a partir da consolidação do projeto ultra neoliberal que impera atualmente. E Verônica questiona, o que o golpe de 2016 contra a presidente Dilma semeou? A misoginia, não é à toa que o feminicídio cresce, nesse contexto, **para impor sua ideologia é necessário impor a dominação masculina.** E ela traz uma história de resistência das mulheres indígenas na Guatemala, em um território, cujo projeto neoliberal se

instaurou com base em muito estupro e violência, e as mulheres, estiveram lá resistindo coletivamente, lutando contra a ideologia que nos convenceu de que é cada um por si, cada um com seu plano de saúde, com sua escola, no qual impera o individualismo.

Esse projeto neoliberal que se deu com base no roubo dos territórios, o que as mulheres indígenas, chamam de “**terror neoliberal**”, como foram também, as ditaduras na América Latina, ainda neste território, as mulheres têm essa luta de denunciar as violências, os estupros, as laqueaduras de trompas compulsórias, como parte deste projeto neoliberal, de genocídio e extermínio das populações.

Desta forma, Verônica afirma que toda tomada de território para o desenvolvimento do capitalismo, é com base em violência sexual, a violência dos homens e o racismo são fundamentais para se implantar o sistema, e o poder dos homens atua diretamente para garantir a dominação sobre os **territórios físicos e simbólicos**. É o poder dos homens acionado pelo capitalismo, cotidianamente para impedir a luta e a resistência das mulheres. São eles que estão na linha de frente, os donos dos territórios que tomam todos os nossos direitos, em contextos de conflitos declarados, territórios militarizados, armados contra as mulheres, matando, roubando e estuprando.

Estamos no momento de terror patriarcal e racista muito forte em nosso país, e não só aqui, e em todas as suas dimensões. O racismo, o patriarcado, e neoliberalismo se retroalimentam e precisam uns dos outros, violando os corpos das mulheres, tanto em tempos de guerra armada, quanto nos tempos de paz, através da violência doméstica. O que nos aponta que não será possível uma vida livre de violência, enquanto vivermos neste sistema, pois a violação é sua base. Por isso, tão urgente quanto a luta pelo fim da violência contra as mulheres, é a resistência frente a este sistema, para derrubá-lo, transformando as relações sociais, para que sejam mais justas e igualitárias.

Dani Portela (PSOL/ RMN) e a dimensão da violência política

Dani inicia com a partilha de uma experiência em 2018, em uma das rodas de conversa do 8 de março, em que ela fez um diálogo sobre violência contra as mulheres. Na roda tinham 57 mulheres e ela fez uma dinâmica em que ia citando vários tipos de violência, e a cada uma que dissesse sim (que já havia sofrido aquela violência) elas iam sentando, e na quarta pergunta todas as mulheres já estavam sentadas. Isso foi uma coisa chocante e na hora que sentaram, muitas mulheres começaram a chorar.

Nesse momento, Maria Alice, uma das fundadoras do bloco Eu Acho é Pouco, disse na roda “**precisam parar de nos matar**” e cinco dias depois ela foi assassinada. Os números trazem a dimensão da realidade, que não é uma questão individual, mas estrutural. E trouxe também o aumento da violência contra todas mulheres na pandemia, que nos mostrou que a casa não é um lugar seguro para as mulheres. Está em casa é perigoso e está na rua também, porque são várias as faces dessa violência, se estamos em casa sofremos com a violência doméstica, se estamos na rua sofremos assédio, porque esse lugar da rua nos é negado. E ela sugeriu que pensássemos a partir destas questões mais gerais, a situação da violência política enfrentada, em diversas dimensões, pelas mulheres que ocupam lugares institucionais, com suas mandatas, ao redor do país.

Uma pesquisa realizada pelo **Instituto Marielle Franco** sobre a violência política contra as mulheres, principalmente contra as mulheres negras, mostrou dados alarmantes sobre essa realidade¹. Essa violência chamada de **política** pode ser praticada de diversas formas, por exemplo, na semana das eleições de 2020, três mulheres negras candidatas sofreram violência, a vereadora **Érica Hilton (PSOL)** precisou se esconder dentro do banheiro do seu próprio gabinete para não ser violentada, vejam, dentro do seu próprio gabinete. A deputada **Áurea Carolina** e a deputada **Taliria Perone**, ambas também do PSOL, recentemente tiveram seus nomes divulgados em uma matéria da Folha de São Paulo, que trazia seus nomes como os mais faltosos da Câmara Federal, quando na verdade as duas estavam em licença maternidade. Nesse momento elas descobriram que não existia esse direito, e

¹ Para saber mais sobre a pesquisa, acesse: <https://www.violenciapolitica.org/>. Aqui você encontra a pesquisa completa.

que a licença vinha sendo computada como falta. E só depois de muita luta conseguiram garantir o direito à licença maternidade.

Dani trouxe o que a deputada Áurea Carolina vem passando, hoje ela está afastada das funções legislativas para cuidar de uma depressão, consequência de toda a violência vivenciada por ela no cotidiano legislativo. Assim como, a deputada Taliria Perone que vive hoje com quatro seguranças armados, devido a quantidade absurda de ameaças que ela sofre, sua filha nascida recentemente não pode ainda conhecer os avós por conta desse clima de tensão e insegurança vivido por ela e sua família. Dani também trouxe o caso da vereadora Benny Briolly (PSOL), da cidade de Niterói (RJ), que precisou sair do país quando foi eleita devido às ameaças de morte que sofreu e ao retornar, em sessão recente na câmara municipal foi chamada por outro vereador de “Putá”; “traveco” e “pervertida” por estar defendendo um projeto em defesa da população LGBTQIAP+.

Dani trouxe também que é acusada o tempo todo de ver racismo em tudo, mas o racismo perpassa todas as dimensões da vida, na saúde, na política, na educação, e ela sempre traz a dimensão racial em seus debates para falar de todos os assuntos. Por fim, ela trouxe que a violência perpassa nossos corpos em todas as dimensões, e ela deseja que nesses momentos de reencontro a gente possa se fortalecer, ganhar forças, coragem, união para seguir na luta, porque:

***O sistema combina todos os dias de nos matar, mas nós
cotidianamente combinamos de não morrer.***

Após a fala de Dani, Mércia seguiu na mediação, provocando a todos a pensar a dimensão política da violência articulada às outras categorias de classe, raça, gênero para refletir sobre a violência contra as mulheres.

QUARTO MOMENTO- Trabalho em subgrupos

Talita apresentou a metodologia, cuja proposta foi dividir as 25 participantes em grupos de cinco para refletir sobre estas questões:

1) Como entendemos a violência contra as mulheres no contexto atual?

2) O que as falas iniciais agregam ao nosso entendimento?

3) Que lugar a violência contra as mulheres ocupa na estruturação e funcionamento do sistema patriarcal, racista, capitalista na sociedade brasileira?

Após os trabalhos nos subgrupos, seguimos para o almoço.

QUINTO MOMENTO- (Analba): Volta do almoço, com uma dinâmica para esticar o corpo e acordar- Música da cobra: “Como é que a cobra sobe no pezinho de limão? Se ela não tem pé, se ela não tem mão?”

SEXTOMOMENTO (Talita e Fran) -Ações de resistência e lutas coletivas no enfrentamento à violência contra a mulher: Varal de reflexões.

As mulheres foram convidadas a ler o que cada grupo escreveu nos cartazes respondendo às três perguntas, ao som da música de Francisco El Hombre

RESPOSTAS DOS SUBGRUPOS

GRUPO 01

“Como entendemos a violência contra as mulheres no contexto

atual?”

Aumento das violências, falta de políticas públicas, não aplicação da Lei Maria da Penha e descaso da justiça; falta de acolhimento às mulheres vítimas de violência; ausência de segurança; aumento do número de separação.

“Que lugar a violência contra as mulheres ocupa na estruturação e funcionamento do sistema patriarcal, racista, capitalista na sociedade brasileira?”

Está em todos os lugares onde prevalece o poder! Em casa, no trabalho, nas escolas, nos transportes públicos, e principalmente com as mulheres negras.

GRUPO 02 (elas desenharam uma árvore, e foram colocando as palavras soltas como ramos)

Hereditariedade; estímulo deliberado ao tráfico de drogas nos territórios; sobrecargas de funções; subnotificações; medo/ solidão e isolamento; aniquilamento; silenciamento; raiva; violência física e simbólica, psicológica, patrimonial, sexual e política; naturalização das mortes; famílias desestruturadas pela fome; racismo, ultra neoliberalismo, capitalismo; patriarcado, institucionalidade, religião, mídia; trabalho reprodutivo não remunerado; falta de água; ciclos perpétuos; militarização e milicianamento;

GRUPO 03 (Elas colocaram na parte de cima a frase: O papel do movimento feminista, e abaixo foram listando as palavras)

O pessoal é político/ Políticas Públicas/ Disputa de Narrativas (Estado e Sociedade)

*Violência contra as mulheres;
Educação não sexista;
Punitivismo;
Contraofensiva fundamentalista e conservadora;
Individualismo;
Agravamento com a pandemia;
Porque quem mais morre são as mulheres negras?*

SÉTIMO MOMENTO (Talita)-Painel“As mulheres e suas lutas”

Liana (CUT) e o enfrentamento à violência contra a mulher no mundo do trabalho

Ela iniciou afirmando, que as mulheres da CUT, são uma identidade muito forte, que as alinham na luta junto a outros movimento de mulheres para além da CUT. Isso, mais do que uma decisão interna, em seus congressos, foi uma solução encontrada pelo movimento sindicalista, para dialogar com outros movimentos sociais, tendo em vista que as violências são de classe, gênero, raça e não podemos ficar alheios, olhando só para a dimensão de classe. Não tem como discutir sobre a problemática do ambiente de trabalho sem pensar no todo.

Liana contou, que é muito difícil a relação num agrupamento misto, as disputas internas de poder se dão, assim como acontece na sociedade a dominação é do macho, os espaços de poder ainda estão nas mãos dos homens, principalmente no mundo do trabalho que nos sustenta. A disputa é muito grande e a discussão sobre feminismo na central sindical da CUT é muito difícil.

Ela destacou que a CUT avançou em muitas coisas, em sua dimensão institucional, em sua organização estrutural, desde o início discutimos sobre a situação da mulher da classe trabalhadora. No entanto, a CUT tem 38 anos e faz menos de 10 que temos uma secretaria específica (Secretaria de Mulheres). Além disso, a secretaria não tem verba própria, e quando queremos fazer uma atividade, e não temos dinheiro precisamos ir para uma executiva para solicitar, e quem está no poder se quiser barrar, barra e não realizamos a atividade. Mesmo a CUT sendo uma direção paritária, temos muita dificuldade em trazer as questões da mulher trabalhadora, por conta de um machismo que impera ainda.

Indo para o mundo do trabalho mesmo, o que a gente enfrenta, geralmente é um ambiente misto e o patrão é homem. O empresariado no

Brasil é muito ignorante, uma total ignorância do papel dos sindicatos no movimento social.

E aí mais difícil ainda é quando é uma sindicalista, é difícil uma companheira que possa estar, participar das assembleias. Quando ainda era presencial, tinham assembleias de 200 pessoas com 20 mulheres. **E porque as mulheres não estão?** Por conta das atividades domésticas, o movimento sindical é majoritariamente masculino. Nesse sentido, ela traz que toda categoria tem uma data que faz uma campanha salarial, no seu sindicato é o mês de maio. Quem faz a pauta são os trabalhadores para encaminhar para os patrões; e toda vez que vamos organizar esta pauta, são reivindicações dos homens, e quando fala das mulheres é em relação aos filhos. Por exemplo, a Lei Maria da Penha é muito difícil de chegar nas empresas, assim como os debates sobre a legalização do aborto, chamar estas questões para o sindicato é difícil.

Outro ponto destacado por Liana, é a violência sexual dentro dos ambientes de trabalho; a desigualdade salarial também, em que as mulheres recebem menos que os homens, e isso se escancarou ainda mais na pandemia. Como a situação das trabalhadoras domésticas que foram reconhecidas enquanto categoria em 2015, antes eram tratadas como empregadas. Liana finalizou a sua fala afirmando que o acesso das mulheres ao mundo do trabalho é perverso e precarizado, aglutinando várias dimensões da violência, que se somam à violência institucional.

Bárbara (RENFA) e a luta contra a política de drogas

Bárbara iniciou a sua fala trazendo que a RENFA é contra a política de drogas que está aí, mas à favor de uma nova política de drogas. Ela destacou que estamos caminhando para uma legalização da maconha, nos moldes do capitalismo, apropriada pelas grandes empresas, gerando lucro ao capital, em que a maconha será vendida nas farmácias, e está disputando esse campo, é o que a RENFA se propõe:

O modelo de legalização que nos interessa é de reparação, reparar tudo o que a população negra e periférica sofre hoje, com o encarceramento em massa, genocídio em um mercado que são as prisões.

E dentro deste sistema, são as mulheres as garantidoras dos homens que estão lá dentro do sistema prisional, passando por diversos tipos de violência, racista, inclusive, se não fossem essas mulheres, não teria como manter a sobrevivência desses homens, porque o estado não garante, depois que entra lá dentro o sistema faz de tudo pra você ficar lá.

A partir do seu lugar de fala, enquanto uma mulher branca, usuária de drogas, Bárbara aponta que reconhece os privilégios que tem, ela contou que no dia em que foi abordada pela polícia, foi conduzida com toda educação para a delegacia, o que não acontece usualmente, principalmente se forem pessoas negras. Ela apontou também que é necessário pensar a legalização de forma ampla para abarcar as outras drogas, porque se legalizar só a maconha, outras drogas viraram alvo do projeto genocida contra a população negra e periférica do país.

Diante deste contexto de violações, ela destacou o cuidado como uma estratégia da RENFA, algo que perpassa todas as ações da Rede, principalmente junto às mulheres que estão nas filas dos presídios em dia de visita: **quem cuida de quem está na fila para visitar seus familiares?** O cuidado alinhado a uma política por transformação social. Levamos conversas para o presídio feminino, as mulheres que são presas não tem ninguém que as visita, são abandonadas, vivem na solidão.

Outra estratégia da RENFA é ocupar os conselhos estaduais e municipais contra a política fundamentalista, conservadora das famílias que lucram com as comunidades terapêuticas. Pautando uma política de redução de danos, com o cuidado pautado na liberdade e na autonomia para que as pessoas possam usar as drogas que usam há milhares de anos, só com informação para diminuir os impactos.

Por fim, ela trouxe que a **Frente Desencarcera Brasil**, apontou que muitas mulheres egressas do sistema prisional tiveram o auxílio emergencial negado porque acusava como se elas ainda estivessem presas; não é fácil construir uma luta pelo desencarceramento, e os recursos são escassos. É necessário que esse projeto político que está aí, esteja nas ruas, as pessoas saibam que é uma política de genocídio da população negra e que a guerra as drogas afeta todo mundo.

Ao final da fala de Bárbara houve uma intervenção de Tuca, quando pensamos na Frente pelo Desencarceramento são as mulheres negras que estão à frente dos movimentos, mas quando são elas as encarceradas não tem ninguém lá, lutando por elas, os homens não estão lá, eles não estão construindo, nem na luta, são as mulheres.

Talita também pontuou que a **necropolítica** que vem sendo efetivada pelo estado brasileiro, é uma política de morte, de aniquilação da população negra, e como a gente pensa, chega junto para construir, levando em consideração os corpos das mulheres que são vários? Entendendo questão outras mulheres que levam os filhos (as avós) para visitar as mães que estão encarceradas; e muitas que estão lá foram presas por conta dos companheiros e nenhum deles tá lá pra visitá-las:

É uma violência institucionalizada, as mulheres são violentadas nas filas para a visita, porque a relação de punitivismo, vai além da pessoa encarcerada, pune outras pessoas, pune as mulheres, as famílias. Além da solidão que essas mulheres vivenciam que é muito grave, as “mulheres da sacola”, como são conhecidas as familiares que vão às visitas nos presídios masculinos.

Vitória Genuíno (MTST) e o enfrentamento à violência nos acampamentos e assentamentos

Vitória indagou no início: **Como seu movimento faz a luta e resiste contra a violência contra as mulheres? Questionando também, como essas mulheres chegam às ocupações?**

Vitória destacou que dentro das ocupações urbanas é onde estão as pessoas da classe trabalhadora, pessoas encarceradas, em vulnerabilidade social, e negritou que até 2019 constataram que **60%** da população está em déficit habitacional (categorizado enquanto pessoas que vivem em um cômodo; pessoas que casam e ficam na casa dos pais; mulheres vítimas de violência que não podem sair de suas casas e etc.), e esse **déficit em nosso país, é feminino**, são elas que vivenciam esta grave situação de vulnerabilidade social. Por isso, a luta por moradia tem por base as mulheres, pois são elas que mais necessitam, sendo **64%** das que estão a perigo de perder suas casas, mulheres negras.

Essas mulheres que passam por tudo isso (situações de violência, desemprego, etc.) acabam por chegar nas ocupações urbanas, não por escolha, mas por necessidade, muitas são mães solo, mulheres que conseguiram sair de situações de violência, e vão para a luta, para morar em barracos de madeira, muitas vezes é a única saída, uma forma de conseguir comprar comida também, mulheres que não tem como pagar aluguel, que ou comprem comida para suas famílias ou pagam o aluguel, os dois não é possível. Caracterizando uma situação bastante complexa e difícil, pela qual estas mulheres e suas famílias passam.

Vitória destacou que nas ocupações, há violência contra as mulheres, muitas vezes, mulheres que encontram seus parceiros nas ocupações e acabam passando por isso. No entanto, ela ressalta que dentro desse território não é permitido nenhum tipo de violência, seja contra as mulheres, seja contra a população LGBTQIAP+, e como forma de construir estratégias de enfrentamento, buscam parceria com outros movimentos.

Quando o MTST fala muito de solidariedade, é algo que temos como uma estratégia de luta dentro das ocupações, uma **solidariedade feminista** dentro das ocupações. E uma das primeiras ferramentas que usamos, como estratégia são as formações; outra coisa que usamos no combate à violência, é o **“empoderamento coletivo”**, a partir do exemplo de mulheres que estão à frente da luta, ocupando espaços políticos mais amplos. Apesar da nossa liderança nacional ser um homem branco, paulista, temos exemplos de mulheres, mulheres negras à frente dos processos, à exemplo de Jô

Cavalcante (Co-deputada das Juntas) aqui em PE, que constrói essa referência. E finalizou afirmando que o MTST está construindo estratégias dentro das ocupações, diante de situações de privações e violências para fortalecer as mulheres.

Ao final da fala de Vitória, Talita pontuou que a violação do direito à moradia, também é uma dimensão da violência contra as mulheres.

Maria Daniela (Amotrans) e o enfrentamento à violência contra as sexualidades dissidentes e às identidades trans

Daniela iniciou sua fala trazendo que a população trans sofre inúmeras opressões, a branquitude precisa da mão de obra das pessoas negras; e as mulheres trans servem pra quê? Pro sexo, a prostituição como um espaço de morte, como existem vários outros, porque o mercado de trabalho não nos absorve; somos expulsas de casa, da escola; **94%** das travestis e transexuais estão na prostituição, só **6%** estão no mercado de formal.

Nós não temos direito a nada, só aos espaços de morte.

Sofremos com a ausência total de direitos básicos, as companheiras chegam da rua 6h da manhã em casa, depois de longas jornadas de trabalho e terror que passam na prostituição, as travestis pretas, que são assassinadas, nós somos interseccionais como todas as mulheres cisgênero. Ainda neste contexto de vulnerabilidade e ausência de direitos, **38%** das mulheres trans que estão presas são por conta de roubo, em que são acusadas de roubo, quando na verdade elas estavam cobrando os clientes que não queriam pagar. Pernambuco é o sétimo estado que mais mata pessoas trans no Brasil.

Quantas fogueiras inquisitórias as mulheres trans passam por dia para comprar pão? Ir na padaria?

Muitas vão parar no tráfico de drogas para pagar as contas e acabam presas. Daniela destaca que o movimento trans ainda é pouco estruturado, a gente tem uma carência grande de engajamento e mobilização, e elas precisam

muito de apoio. Muitas vezes por conta de uma esmola a gente acaba se calando, movimentos que recebem verba do governo e com isso acabam se calando. Como estratégia política elas vêm buscando ocupar os espaços públicos como os conselhos municipais, estaduais, as redes sociais para atingir as pessoas. No entanto, organizar as mulheres trans é muito difícil, tendo em vista o cotidiano delas, é um desafio muito grande, superar o desafetos também.

Daniela trouxe que se sentesuper.à vontadeem estar neste espaço, mas ano que vem ela quer estar na plateia, para ouvir outras mulheres trans. E finalizou destacando quequase não encontram as travestis nos movimentos, sabe porquê?

Por que elas estão preocupadas em se manter vivas. Ser travesti é mais que um ato político, é luta e resistência!

OITAVO MOMENTO (Talita)- Debate a partir da provocação:

Diante do contexto que vivemos e da partilha das companheiras dos movimentos, quais podem ser as estratégias feministas antisistêmicas de enfrentamento à violência contra as mulheres?

Vic Ayres contou a história de Bianca Close, que era uma travesti preta, que trabalhava como flanelinha, e as pessoas fizeram uma vaquinha pra ela comprar uma casa e quando já estava quase lá, Bianca morreu de tuberculose, uma doença super tratável,ela morreu e não pode usufruir de sua casa. Como a ausência de afeto e acolhimento à população T também é um violência.

Vitória trouxe que na ocupação 8 de março, elas têm uma mulher trans que é a coordenadora da ocupação, e vem sofrendo bastante violência no espaço, tudo que falta na ocupação as pessoas vão pra cima dela, os homens não respeitam ela, chamam pelo nome masculino. Como podemos acolhê-la? Como garantir o respeito a essa companheira? Como a gente poderia criar uma estratégia coletiva?

Em relação às provocações trazidas por Liana, Nathalia Guimarães, trouxe que fica pensando em seu lugar recente de mãe, de como elas

trabalham de graça; destacando que o horário das reuniões não abarcam as mulheres mães, e é preciso pensar outras formas para poder acolher essas mulheres, pensar outros formatos. Nos movimentos mistos, as mulheres é que ficam com as crianças, não existe mulher que não trabalhe, o mundo reprodutivo exige muito de nós, e o único jeito que a gente tem de garantir esses direitos é se organizando.

Rita Guaraná, mulher com deficiência, compartilhou que as pessoas tem muito fetiche com os corpos das mulheres com deficiência; e em relação a violência sexual, elas estão muito fora da possibilidade de denunciar, mulheres com deficiência intelectual, física, que sofrem dentro na própria família, e que não conseguem denunciar. As violências psicológicas são muito invisibilizadas; as mulheres com deficiência estão muito aquém dos seus direitos e permanecem muito invisibilizadas.

Bernadete trouxe que os desafios hoje são encontrar caminhos; nós estamos com os sindicatos e as associações esvaziadas, a sensação que dá é que eles venceram; a mídia dizendo que é cada um por si, vendendo essa imagem, o agronegócio também, está aí. Para mim o caminho é a gente se manter juntas, e não sacanear umas às outras. Empoderar as mulheres politicamente como a única saída e ageração de renda.

Fátima partilhou também que nas delegacias da mulher, as mulheres vítimas de violência são atendidas pelos homens, isso é constrangedor, já intimida, e isso é um dos motivos que as mulheres não procuram ajuda, a própria falta de acolhimento nestes espaços. Mas, nós venceremos muitas batalhas ainda e agradeceu aos movimentos pelo espaço.

Liana, a gente se alimentou de toda essa contribuição das companheiras que vieram para cá, destacou que ficou muito feliz de estar no espaço. Uma frase que Rosa Marques disse hoje de manhã sobre autoconhecimento, tem um momento que a mulher é tão despossuída que ela vira pó. E ninguém tá pra ser pó. Foi muito forte a fala de Rosa, me tocou.

Rizo trouxe que tem um neto especial, com autismo, e sua filha precisou ficar em casa depois que ele nasceu, e sofreu várias violências do marido, dizendo que a culpa da criança nascer com autismo era dela, que na família

dele não tinha ninguém assim. Que eles precisaram fazer um plano de saúde, hoje a criança tem 12 anos e já forma uma frase. Ela disse que conhece crianças que querem mudar de sexo, que são expulsas de casa, a gente até pensou em criar uma organização para acolher essas crianças. Dói no coração ver o que essas crianças passam, e isso é muito complicado na minha vida porque eu não tenho uma solução para essas coisas.

Carmen compartilhou que estava pensando na diversidade de violências contra as mulheres em todos os âmbitos da vida, e como o movimento feminista trabalha pouco com as violências sofridas pelas crianças e meninas. Muita coisa que as mulheres passam de não conseguir se expressar vem de situações que viveram na infância, nós precisamos sair dessa constatação, nós estamos por nós mesmas.

Carmen destacou duas questões a respeito da forma de organização e forma da luta. A companheira Nancy sempre colocava essa problemática, a dificuldade de organizar as prostitutas, porque não pensamos em **reuniões giratórias, que duram 5h**, e as mulheres vão chegando cada uma no seu tempo? Ou **assembleias relâmpago** com as prostitutas nos pontos? Precisamos criar coisas novas e não permanecer repetindo. Precisamos aprender umas com as outras. Um a favor do movimento sindical, muitas mulheres feministas, não tem noção do que são as campanhas salariais, que são processos de luta, eu posso concordar ou discordar, achando que poderia ser mais democrático, mas é uma data já marcada. Nós temos dias de lutas e uma dificuldade enorme de pensar processos de luta, para impor ao estado alguma negociação para mudar essa situação. **Poderíamos pensar processos para exigir do estado.**

Daniela, concordou que seria uma boa ideia da reunião giratória e destacou: gente vamos falar das travestis, quando falar de mulheres trans, vamos falar das travestis, não cai a língua. Mulheres trans e travestis é a mesma coisa, isso não tem a ver com mudanças no corpo, todas podem fazer, as travestis são forjadas na rua, fizeram suas mudanças na rua, há décadas, antes de Roberta Close, as travestis enfrentaram a ditadura. Mulheres trans é um conceito criado na academia, e as travestis enfrentam estigmas sociais, são chamadas de bandidos de saia; as mulheres trans se constroem para sair

desse estigma, conseguir um emprego, e não se associar as travestis, **mulheres trans é um conceito que tenta higienizar essas vivências; as travestis são as mais vulneráveis, são as pretas, periféricas, sem nenhuma aceitação, sem perspectivas.** As travestis estão na luta para afirmar as suas identidades, legitimando seus espaços e vivências.

Mércia abordou a complexidade da violência contra as mulheres e encarar essas complexidades nos trazem muitos desafios, as complexidades em lidar com as mulheres trans, as vivências nas ocupações, violações por cima de violações. As estratégias de denúncia dessas questões devem continuar como nossos marcos históricos, dentro de nossas lutas. Precisamos nos ater às violências sofridas no transporte público, os abusos, mais um elemento para a gente pensar, que nos particulariza em nossas dimensões de raça e classe. **Os atos de resistência, como as vigílias do FMPE**, como recurso de visibilizar os feminicídios precisam continuar; estamos sendo alijadas dos nossos corpos pelas religiões, pelo estado, todos os dias.

Mércia pontuou também que mesmo na pandemia não houve uma paralisação das nossas ações sociais. Eu não posso não reconhecer as movimentações que estão acontecendo, como se não houvesse motivos para a gente esperar, e nós temos sim, motivos pra isso.

Ângela, trazendo o caso de Dani, da companheira que tirou a própria vida depois de sofrer com situações de violência; precisamos dentro das nossas comunidades empoderar as nossas mulheres, começando com as adolescentes, que elas serão as mulheres do futuro; cada adolescente tem o poder de contagiar outros adolescentes, de influir outros, poderíamos usar isso pra ser um trabalho nosso, esse olhar para os nossos adolescentes; para os/as jovens trans, muitas vezes indecisos, e aí a gente faz uma palestra, e eles vão multiplicar. A criança de hoje é o adolescente de amanhã, e ele o adulto de amanhã também. Vamos começar a implantar isso nas nossas comunidades.

Venuzi trouxe o papel das igrejas no cotidiano da gente nos bairros e também a questão dos remédios, se você vai num posto de saúde e diz que tá com uma dor de cabeça, eles já dão um remédio pra deixar você do jeito que eles desejam (controle dos corpos, a partir da medicalização das mulheres). No

meu trabalho de educadora, eu tento ir até as jovens, no meu grupo em Paratibe é difícil reunir as mulheres; eu tento me reunir com elas nas portas de casa, para levar conhecimento e um outro olhar. Isso é o que a gente tá tentando fazer no nosso cotidiano.

Rosa, desabafou que ainda bem que ela não está sozinha, a gente acha que nossa pequena ideia não é válida, como se as estratégias só precisassem ser grandes; eu concordo com Mércia, que nós temos feito muitas coisas. Pensando nos evangélicos, eles estão nos piores lugares onde as pessoas estão, **precisamos fazer um trabalho de ir aonde elas estão**. Eu já fiz isso em Taquaritinga do Norte, conversando com todas elas. Uma estratégia de diálogo e fortalecimento para a luta; precisamos combinar algumas idas. Precisamos sair dos prédios e ir aonde elas estão, como a teologia da libertação na década de 90 ia às ruas, aonde o povo estava e hoje não vai mais.

Talita em sua fala foi encaminhando o Curso para o final. Agradeceu pelas contribuições de todas, resgatando um pouco do que debatemos desde ontem, em nossa live de abertura; Analba resgatou a história do movimento feminista nesta luta pelo fim da violência contra as mulheres; já Ana Paula trouxe as nossas conquistas, e os desafios atuais que as nossas corpos precisam enfrentar. E aí trazendo as dimensões do sistema patriarcal e capitalista que dominam os nossos corpos, **como tudo vai se operacionalizar nos nossos cotidianos? Nossas lutas são contra esse sistema que está aí, por isso que elas são antisistêmicas**. Como dialogar as várias dimensões da nossa luta? Trocar as nossas estratégias de luta e resistência para fortalecer e vencer os desafios, a partir das vivências trazidas aqui das mulheres travestis, trans, que vivem nas ocupações, estão no sistema prisional.

A proposta do caleidoscópio é trazer a perspectiva de parar para pensar sobre os problemas que atingem as nossas vidas e as saídas para isso.

Analba, agradeceu dizendo que elas do SOS estavam muito felizes com esse momento; em relação ao que Carmen falou sobre a violência contra mulheres e meninas, Analba apontou que ainda é uma lacuna que já viemos

observando, a questão do abuso sexual e do estupro, que sempre esteve na responsabilidade dos movimentos de crianças e adolescentes. Analba lembrou o caso de Eloá, que sua morte não foi considerada uma violência contra a mulher. A necessidade de ampliar o que entendemos por violência; estamos sendo o tempo todo desafiadas pelas nossas diversidades e desigualdades. Falou também da campanha do Levante Contra o Feminicídio. São muitas coisas que a gente precisa conversar, precisamos de outros momentos para isso. Pensar as nossas resistências e lutas contra tudo isso que está aí.

ENCERRAMENTO (Analba)- Com a fala das mulheres do MTST, Maria coordenadora do Carolina de Jesus e Diana, e a roda de encerramento em que todas, em roda, disseram uma palavra que estavam levando daquele momento e cantaram juntas, a canção:

“Nosso corpo, nosso território,

Na guerra e na paz,

O corpo é meu, não se maltrata,

Não se viola, nem se mata!